



Londrina PR, de 02 a 05 de Julho de 2019.

**III CONGRESSO INTERNACIONAL DE POLÍTICA SOCIAL E SERVIÇO SOCIAL:
DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS
IV SEMINÁRIO NACIONAL DE TERRITÓRIO E GESTÃO DE POLITICAS SOCIAIS
III CONGRESSO DE DIREITO À CIDADE E JUSTIÇA AMBIENTAL**

Eixo temático - Fundamentos do Serviço Social – Ênfase: Formação Profissional

**Gestão no Serviço Social: uma análise sob a perspectiva das
dimensões da formação e do trabalho profissional**

Geis de Oliveira Benevides¹
Maria José de Oliveira Lima²

Resumo: Este trabalho como temática central a reflexão sobre trabalho profissional e gestão no Serviço Social. Assim, traz elementos teóricos metodológicos para a compreensão e apreensão da gestão como atividade inerente ao trabalho do assistente social. Pois, entende-se que a formação profissional é preponderante para o reconhecimento e a apropriação da gestão no âmbito do Serviço Social, visto que se consolida como processo de fundamentação teórico-metodológico, ético-político e técnico-operativo do trabalho profissional, portanto, constitui-se como momento determinante para a fundamentação sobre as dimensões teórico-práticas da gestão, contribuindo, assim, para o reconhecimento e apropriação da gestão como atividade inerente ao trabalho profissional.

Palavras-chave: trabalho profissional; gestão; Serviço Social; dimensões teórico-práticas; formação profissional.

Abstract: This work has as its central theme the reflection about professional work and management in Social Work, aiming, therefore, to contribute to understanding and apprehension of management as an inherent activity to the work of the social worker. In this sense, it is argued that the vocational training process is preponderant for the recognition and appropriation of management in the scope of Social Work, since it is consolidated as a process of theoretical-methodological, ethical-political and technical-operational basis of professional work, as soon, constitutes a decisive moment for the foundation on the theoretical-practical dimensions of the management, thus contributing to recognition and appropriation of management as an inherent activity to professional work.

¹ Assistente Social da Prefeitura Municipal de São José do Rio Preto/SP, docente do curso de Serviço Social da União da Faculdade dos Grandes Lagos/UNILAGO-São José do Rio Preto/SP. Especialista em Gestão Social Sustentável pelo Centro Universitário da Fundação Educacional de Barretos – UNIFEB. Mestre e doutoranda pelo Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Faculdade de Ciências Humanas e Sociais/ UNESP – Franca. Membro do grupo de pesquisa GESTA -Gestão Socioambiental e a Interface da Questão Social/UNESP-Franca. E-mail: geisb.oliveira@gmail.com.

² Assistente Social e doutora em Serviço Social. Docente do Departamento de Serviço Social e do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Faculdade de Ciências Humanas e Sociais/ UNESP – Franca. Líder do Grupo de Pesquisa GESTA- Gestão Socioambiental e a Interface da Questão Social/UNESP-Franca. E-mail: mj.oliveiralima@yahoo.com.br.



Keywords: professional work; management; social service; theoretical-practical dimensions; professional qualification.

1 - INTRODUÇÃO

Este trabalho consiste em parte dos resultados finais da pesquisa de mestrado realizada no período 2015-2017, pelo Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da UNESP/Franca. Assim, tem como referencial a produção teórica apresentada na dissertação intitulada: *Gestão e Serviço Social: desafios teórico-práticos para a formação e trabalho profissional*, e que desde a sua defesa, a pesquisadora/autora tem se dedicado divulgação dos resultados finais da dissertação de mestrado, visando assim contribuir com a construção de conhecimento sobre a temática abordada neste artigo.

A pesquisa teve como tema central “gestão e Serviço Social” e o objetivo norteador consistiu em “compreender e analisar o processo de gestão no trabalho do assistente social”. Visando, assim, apreender o processo de reconhecimento e apropriação da gestão no processo de formação profissional em Serviço Social, enquanto atividade administrativa inerente ao trabalho do assistente social a partir da perspectiva da formação profissional.

Pois, ao longo da trajetória do Serviço Social no Brasil, a profissão buscou construir um processo de formação profissional fundado em bases científicas, com aporte teórico-metodológico das ciências sociais, que viabilizasse o conhecimento aprofundado sobre as demandas postas no cotidiano do trabalho profissional. A partir da década 1980, o Serviço Social buscou consolidar um projeto de formação profissional que realmente apreendesse as exigências e requisições profissionais, especialmente, a partir da compreensão do trabalho do assistente social no contexto de produção e reprodução das relações sociais capitalistas, isto é, com base no movimento da realidade concreta e contraditória.

As Diretrizes Curriculares da ABEPSS de 1996 traz as exigências curriculares para o processo de formação profissional do assistente social, ou seja, reconhece e consolidam os fundamentos teórico-metodológico, ético-político e técnico-operativo, que possibilitem a construção de um perfil profissional dotado de capacidade e habilidade crítica, política e propositiva. Assegurando no contexto da graduação, a formação de profissionais capazes de estabelecerem estratégias de enfrentamento fundamentadas nas dimensões do trabalho profissional e em consonância com os princípios e valores fixados no projeto ético-político do Serviço Social.

Nessa direção, compreende-se que o processo de formação profissional é determinante para o reconhecimento da gestão como atividade inerente ao trabalho do assistente social, que compreendida como atividade teleológica, tem uma finalidade ético-política, direcionada pela perspectiva democrática e emancipadora. Assim, o reconhecimento e apropriação da gestão no Serviço Social não devem orientar-se apenas



pelo processo de utilização racional dos meios/recursos necessários para se alcançar objetivos determinados com eficiência e eficácia, mas, também, fundamentar-se nos fundamentos teórico-metodológicos, ético-político e técnico-operativo expressos no projeto profissional. Dessa forma, a gestão no Serviço Social, utiliza-se do aporte teórico-prático da atividade administrativa enquanto atividade exclusivamente humana, mas sempre fundada numa finalidade teórico-metodológica e ético-política crítica, ou seja, fundada numa perspectiva democrática e emancipadora.

Assim, é preciso compreensão sobre o conhecimento teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa do Serviço Social, para a construção de mediações que permitam a apreensão dos elementos teórico-práticos da atividade administrativo no trabalho do assistente social, nos diversos espaços sócio-ocupacionais.

O trabalho do assistente social é permeado por particularidades e contradições, portanto, exige conhecimento e aprofundamento teórico-prático sobre as dimensões e finalidades da gestão capitalista e da gestão democrática. Esse conhecimento é necessário para que o profissional possa depurar o “[...] conceito de administração em geral [...]” (PARO, 2012, p. 24), a atividade administrativa, enquanto atividade exclusivamente humana e orientada por uma finalidade democrática e emancipadora da administração que se manifesta historicamente na sociedade capitalista, ou melhor, é preciso conhecimento sobre as possibilidades dessa atividade para compreender a gestão para além da racionalidade e da finalidade burguesas.

Assim, o conhecimento e domínio sobre as dimensões do trabalho do assistente social são determinantes para o reconhecimento e a apropriação da gestão. E tal constatação parte do entendimento de que as três dimensões que fundamentam a formação e o trabalho profissional são essenciais e não podem ser aprendidas de forma separadas, para não acarretar a despolitização e a fragmentação da formação e do trabalho profissional. Dessa forma, a indissociabilidade entre teoria e prática contribui para apreensão e apropriação das dimensões teórico-práticas da gestão vinculadas as finalidades ético-políticas do Serviço Social, isto é, a vinculadas a finalidades democráticas e emancipadoras.

2. AS DIMENSÕES DA FORMAÇÃO E DO TRABALHO EM SERVIÇO SOCIAL

O domínio das três dimensões da formação e do trabalho profissional, de forma mais clara, trata-se da compreensão da relação dialética entre teoria e prática, para fundamentar a construção de mediações teórico-práticas para o trabalho profissional. A compreensão e o domínio sobre as dimensões do trabalho profissional tornam-se indispensáveis para evitar-se a dicotomia entre teoria e prática no Serviço Social, principalmente, quando se trata da



gestão, pois a mesma apresenta-se em uma relação circular entre teoria e prática, tratando-se de uma práxis. É dessa magnitude, portanto, que se compreende a gestão de forma abrangente e de totalidade. Assim, acredita-se na possibilidade de impedir ou diminuir uma apreensão equivocada, seja pela via da resistência ideológica seja pelo desconhecimento da complexidade da gestão nas relações institucionais e organizacional na sociedade capitalista, além de destacar a importância da gestão no trabalho profissional.

Sem fundamentação teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa, o entendimento sobre a gestão parte da experiência singular de cada profissional e, muitas vezes, de um pré-conceito instituído ao longo do tempo, fato esse que revelará um distanciamento entre teoria e prática. A dicotomia entre teoria e prática nasce do “[...] famoso distanciamento do trabalho intelectual, de cunho teórico-metodológico, e o exercício da prática profissional [...]” que, dificulta a construção de “[...] mediações entre bases teóricas já acumuladas e a operatividade do trabalho profissional [...]” (IAMAMOTO, 2015a, p. 52). Na medida em que o assistente social tem um entendimento equivocado sobre os fundamentos teórico-práticos do trabalho profissional e da gestão no Serviço Social, não conseguirá construir mediações, as quais lhe possibilitem entender os objetivos da gestão e sua aplicabilidade na dimensão técnico-operativa do trabalho profissional.

É preciso refletir sobre as dimensões do trabalho profissional como eixos fundantes que norteiam a formação e o trabalho do assistente social nos diferentes espaços sócio-ocupacionais. Pois, atualmente, as requisições historicamente postas aos profissionais e, juntamente, com as exigências apresentadas por meio das expressões da questão social no contexto do capital financeiro e globalizado, requerem apreensão, compreensão e domínio dos fundamentos constitutivos da profissão, porque alicerçam as estruturas necessárias para a construção da competência crítico-reflexiva e as habilidades teórico-práticas para apreender o movimento da realidade contraditória. Dessa forma, a apreensão e a compreensão dos elementos constituintes das dimensões do trabalho do assistente social pressupõem reflexão sobre os fundamentos históricos, teóricos, metodológicos, éticos e políticos que embasam o exercício profissional no cotidiano de trabalho dos profissionais em Serviço Social.

Para Lewgoy (2010, p. 151), os:

Fundamentos teóricos, metodológicos, históricos, éticos e políticos, atrelados à aquisição de novos saberes, têm como parâmetros e princípios os fundamentos ético-políticos do projeto profissional na articulação entre as três dimensões (ético-política, teórico-metodológica, técnico-operativa), as quais, imbricadas, materializam a atividade profissional. Esse processo exige que se rompa com a atividade burocrática e rotineira, a fim de assumir a ação de um exercício profissional que exige competência para propor e negociar projetos e qualificar o exercício profissional, isto é, apreender o movimento da realidade para detectar tendências e possibilidades passíveis de serem impulsionadas pelo profissional”.



As dimensões teórico-práticas do Serviço Social são fundamentais e materializam no trabalho profissional os princípios e as diretrizes da profissão, conforme expresso no projeto ético-político profissional. Articuladas dialeticamente constituem-se como mecanismos essenciais para o fortalecimento e o desenvolvimento de habilidades técnicas e a competência crítico-reflexiva, essenciais ao assistente social no exercício profissional.

Iamamoto (2015a, p. 53) observa que:

Cada elemento original contido naquelas afirmativas – teórico-metodológico, o ético-político e técnico-operativo, são fundamentais e complementares entre si. Porém, se aprisionados em si mesmos, transformam-se em limites que vêm tecendo o cenário de algumas das dificuldades, identificadas pela categoria profissional, que necessitam ser ultrapassadas: o teorismo, o militante e o tecnicismo.

A dicotomia entre teoria e prática no Serviço Social emerge da desarticulação e da separação dessas três dimensões, como se elas fossem realizadas de forma independente uma da outra, levando o profissional a equívocos teóricos, militante desarticulado da dimensão ética e ao tarefa rotineiro e acrítico das atividades atribuídas nos espaços sócio-ocupacionais.

No âmbito da gestão no Serviço Social, a falta de compreensão e apreensão sobre as dimensões que compõem o trabalho do assistente social faz com que, muitas vezes, o profissional não reconheça a gestão inerente a toda atividade de trabalho e, além disso, de ser competência e instrumento de trabalho do assistente social, reconhecida na Lei de Regulamentação da Profissão (Lei n. 8662/93), no Código de Ética Profissional e nas Diretrizes Curriculares da ABEPSS de 1996, portanto, matéria de domínio do assistente social na realização do trabalho profissional.

Assim, considerando a relação entre a compreensão sobre as dimensões do trabalho do assistente social e o entendimento da importância da gestão no Serviço Social, será desenvolvida uma breve reflexão sobre cada uma dessas dimensões: ético-política, teórico-metodológico e técnico-operativa.

Iniciemos dimensão ético-política do serviço Social que é reconhecidamente pilar balizador do trabalho profissional nos diferentes espaços sócio-ocupacionais. Efetiva-se no âmbito teórico e prático por meio do exercício profissional fundado em uma ação propositiva, comprometida com os objetivos da profissão e com a defesa dos direitos dos usuários.

Estrutura-se no pensamento crítico-reflexivo assumido pela categoria, a partir da década de 1980, com a apropriação da teoria social crítica de Marx, a perspectiva ética adotada pelo Serviço Social fundamentou os seus valores éticos e políticos com base nos interesses e objetivos da classe trabalhadora. Assim, nova ética buscou a superação da perspectiva a-histórica dos pressupostos ético-filosóficos baseados no neotomismo e positivismo, presentes nos Códigos de Ética anteriores à reformulação de 1986.



O avanço ético e político do movimento de ruptura foi materializado no Código de Ética Profissional de 1986, reconhecido pela categoria por sua natureza politizadora. Faz-se necessário ressaltar que as mudanças no Código de Ética ocorreram em um “[...] contexto de reorganização política dos trabalhadores, dos movimentos sociais e da categoria profissional, propiciando a sua politização e seu amadurecimento teórico [...]” (BARROCO; TERRA, 2012, p. 48). Portanto, marcou o rompimento com o conservadorismo por meio da negação à neutralidade fundado nos pressupostos metafísicos e idealistas e no papel tradicional historicamente atribuído ao profissional, nos marcos iniciais da profissão.

Todavia, as conquistas ratificadas no Código de Ética de 1986, as dimensões éticas e profissionais não ficaram suficientemente claras no texto do documento, fato esse que o conduziu à revisão do código de ética profissional e que foi consolidado na construção do projeto ético-político expresso no Código de Ética do assistente social de 1993.

No Código de 1993, estão expressos os valores éticos que a categoria reconheceu como fundamentais para a construção de uma sociedade igualitária, tais como: liberdade, equidade e justiça social, articulando-os à democracia e à cidadania plena. E, ainda, trouxe inovações, quando postula como princípio o respeito ao pluralismo, a recusa do preconceito e das formas de discriminação produzidas na sociedade capitalista.

Para Barroco e Terra (2012, p. 53), o Código de Ética:

O CE se organiza em torno de um conjunto de princípios, deveres, direitos e proibições que orientam o comportamento ético profissional, oferecem parâmetros para ação cotidiana e definem suas finalidades ético-políticas, circunscrevendo a ética profissional no interior do projeto ético-político e em sua relação com a sociedade e a história.

O Código de Ética de 1993 indica uma direção ético-política, um horizonte profissional perante à hegemonia político-ideológica imposta pelo capital. Nesse sentido, tornou-se uma “[...] das referências dos encaminhamentos práticos e do posicionamento político dos assistentes sociais em face da política neoliberal e de seus desdobramentos para o conjunto dos trabalhadores [...]” (BARROCO, 2005, p. 206). O Código de 1993 contribuiu para a construção de uma nova identidade profissional, o que possibilitou a ruptura com o conservadorismo e a formação de um novo perfil profissional, agora comprometido com a construção de uma sociedade alicerçada no projeto societário da classe trabalhadora.

Os documentos normativo, político e ético, essencialmente, constituíram-se como via de fortalecimento e desenvolvimento de habilidades técnicas e competência crítico-reflexiva essenciais ao assistente social no exercício profissional nos espaços sócio-ocupacionais.



As mudanças ocorrentes no âmbito ético-político da categoria, também implicaram em mudanças nos fundamentos teórico-metodológicos da profissão. Sob essa perspectiva, os princípios e as diretrizes que nortearam a construção do projeto profissional de ruptura também fundamentaram a construção de um novo horizonte teórico-metodológico para o Serviço Social.

O debate sobre a questão teórico-metodológica consistiu no esforço da categoria em construir uma prática crítico-reflexiva que apreendesse a realidade concreta e contraditória. Desse modo, a dimensão teórico-metodológica é igualmente orientada pelo mesmo referencial que fundamenta o projeto profissional, ou seja, a teoria crítica de Marx.

De acordo com Lewgoy (2010, p. 160-161):

A dimensão teórico-metodológica consubstancia-se na interlocução entre história, teoria e método, requerendo, para tanto, conhecimento que apreenda a realidade em seu movimento dialético, no qual e por meio do qual se engendram como totalidade as relações sociais que configuram a sociedade. [...]. Para interpretar a história necessita-se de uma teoria e um método; por isso a indissociabilidade dos três quando o propósito é busca da cientificidade ou ausência de empirismo [...].

A dimensão teórico-metodológica do Serviço Social apoia-se na teoria crítica, fundamenta-se na teoria social de Marx, que tem como base a análise crítica sobre a emergência e o desenvolvimento da sociedade burguesa, bem como das bases materiais de produção e reprodução do capitalismo, responsáveis historicamente pela produção das desigualdades sociais características do modo capitalista de organização e regulação das relações sociais. Nessa direção, a profissão adota o método crítico-dialético, como método de interpretação do contexto sócio-histórico ao qual a profissão encontra-se inserida e intervém.

Ela fundamenta-se no método crítico-dialético para interpretar a sociedade e os fenômenos particulares que constituem a história, ou seja, apoia-se na análise crítica do movimento do real, do ser social, da produção da totalidade concreta, da dinâmica contraditória constituída pelos processos sociais, políticos e econômicos típicos da sociedade capitalista e, considera, também as particularidades da formação social e histórica da sociedade brasileira na determinação das expressões da questão social. Parte do entendimento de que a história não se resume a um compilado de fatos sequencias pré-determinados pela fatalidade casual, mas, resulta das relações políticas, econômicas e sociais estabelecidas pelas sociedades na qual o Serviço Social está inserido, portanto, faz-se necessário compreender e interpretar as determinações históricas e as multicausalidades.

O desenvolvimento teórico-metodológico apoiado na abordagem crítico-analítica possibilita ao assistente social a compreensão dos processos e elementos da realidade



social que constituem o cotidiano de trabalho do profissional. Propicia, assim, os elementos teóricos para identificar, no âmbito sócio-institucional, as correlações de forças existentes que interferem diretamente na realização do trabalho profissional.

Iamamoto (2015a, p. 63) aponta:

As bases teórico-metodológicas são recursos essenciais que o assistente social aciona para exercer o seu trabalho: contribuem para iluminar a leitura da realidade e imprimir rumos a ação, ao mesmo tempo em que a moldam. Assim, o conhecimento não é só um verniz que se sobrepõe superficialmente à prática profissional, podendo ser dispensado; mas é um meio pelo qual é possível decifrar a realidade e clarear a condução do trabalho a ser realizado. Nessa perspectiva, o conjunto de conhecimento e habilidades adquiridos pelo assistente social ao longo de seu processo formativo é parte do seu acervo e de seus meios de trabalho.

O trabalho profissional orientado por uma perspectiva teórico-metodológica consistente está condicionado à leitura e ao acompanhamento dos processos sociais e ao estabelecimento de vínculos com os sujeitos sociais com os quais se atua no espaço de trabalho.

Para tanto, é preciso superar a dicotomia entre teoria e prática no Serviço Social. Tal discussão é antiga e pertinente para o entendimento da relação teoria-prática e legitimação da dimensão teórico-metodológica como horizonte crítico-propositivo do trabalho e da formação profissional. A desarticulação entre a fundamentação teórica e a realidade social compromete a análise dos processos e fenômenos determinantes que perpassam o trabalho profissional e, ainda, limita a capacidade propositiva do assistente social, na medida em que não compreende as questões conjunturais que determinam as demandas e as condições de trabalho. A compreensão do processo dialético entre teoria e prática permite construir mediações, com base na teoria social crítica, que lhe permita interpretar as questões sociais postas no cotidiano profissional e propor ações propositivas, superando ações acríticas e esvaziadas.

A teoria e prática são inseparáveis do processo de conhecimento, constituindo-se em unidade indissolúvel. A prática precisa ser entendida com base em categorias mais globais, colocando à prova os conceitos e as teorias que estabelecem veracidade ou falsidade. A teoria é o ponto de partida, mas não é determinante nem prevalece sobre a prática; ela se apropria do concreto para transformá-la em concreto pensado, efetivando a abstração. (LEWGOY, 2010, p. 166).

Para a autora, a não conexão entre prática profissional e realidade social, provém do distanciamento entre as matrizes teórico-metodológicas, decorre da vulnerabilidade teórico-metodológica.

Conforme Lewgoy (2010, p. 166), “[...] o – saber e fazer – caminham paralelamente [...]”, teoria e prática são processos complementares, não podem ser pensadas como polos interdependentes, sobretudo considerando-se a necessidade de o saber sedimentar o fazer.



No processo de produção do conhecimento, teoria e a prática são constituídas como unidades inseparáveis, portanto consolidam-se como unidade indissolúvel.

A articulação entre a teoria e a prática funda-se em uma relação dialética entre conhecimento teórico e experiência prática, entre o concreto e o pensado. A aproximação do Serviço Social com o marxismo conferiu uma nova dimensão ao debate sobre a articulação entre teoria e prática da profissão, pois, na perspectiva crítica não é possível separar a teoria da prática, considerando que a teoria e a prática são processos distintos, porém, contínuos e indissociáveis para a compreensão da realidade e a produção do conhecimento.

Assim, a superação da dicotomia teoria e prática exige a construção de mediações entre matrizes teórico-metodológicas do Serviço Social e o exercício da prática profissional. E essa construção está estritamente relacionada ao processo de formação profissional, contudo, vale ressaltar que a formação profissional não se limita apenas ao período de graduação, mas compreende todo o processo de aprimoramento intelectual do assistente social, desde especializações, mestrados, doutorados até participação em eventos e espaços de discussões teórico-práticas do trabalho profissional. Isso porque “[...] a dimensão teórico-metodológico não é dada, mas construída, e, como tal, precisa ser alimentada [...]” (LEWGOY, 2010, p. 163), na graduação por meio de uma formação embasada nos núcleos de fundamentação constitutivos da formação profissional sobre teoria crítica e, ao longo do exercício profissional deve ser realizada por meio do compromisso com o aprimoramento intelectual permanente, conforme expresso no projeto ético-político profissional³.

Já no tocante à dimensão técnico-operativa do trabalho profissional, esta direciona para uma reflexão e análise da dimensão interventiva da profissão, ou seja, leva a uma reflexão direta sobre as competências e habilidades profissionais, realizadas no âmbito da intervenção profissional, por meio do domínio dos instrumentais técnico-operativos, responsáveis pela mediação dos objetivos e das finalidades da intervenção do assistente social.

É constituída pela instrumentalidade da profissão, isto é, composta pela dimensão técnica e instrumental do exercício profissional.

Para Lewgoy (2010, p. 169):

A instrumentalidade encaminha o pensamento à indagação do como fazer e do para que fazer, conectando meios às finalidades, entendendo-as impregnadas de valores e de implicações sociopolíticas. A instrumentalidade não trata apenas do conjunto de instrumentos necessários para o fazer, mas para o saber fazer; abrange o instrumental, que é, por excelência, uma instância de passagem expressa pelo eixo

³ Compromisso com a qualidade dos serviços prestados à população e com o aprimoramento intelectual, na perspectiva da competência profissional (CFESS, 2012, p. 24).



operacional das profissões, o qual abarca o campo de técnicas, dos conhecimentos e habilidades.

Consubstanciada pela instrumentalidade da profissão, permite a passagem das construções teóricas para a dimensão prática. Mais especificamente, constrói instâncias de passagem teóricas para o âmbito da intervenção profissional.

Nessa direção, Guerra (2011, p. 37-38) afirma que:

A instrumentalidade do Serviço Social coloca-se não apenas como dimensão constituinte e constitutiva da profissão mais desenvolvida, mas, sobretudo, como campo de mediação no qual os padrões de racionalidade e as ações instrumentais se processam.

A racionalidade técnica instrumental coloca-se como mediação da passagem da bagagem teórica para a dimensão interventiva, na qual se realiza o trabalho e as finalidades dessa atividade previamente planejada.

A requisição por instrumentais e técnicas interventivas compõe a trajetória histórica do Serviço Social, no Brasil. No decorrer da história da profissão fez-se presente, tendo com finalidade atribuir qualidade à intervenção profissional e atender as demandas sócio-institucionais que justificam a necessidade social da profissão. Em conformidade, Lewgoy (2010, p. 169) ressalta que a dimensão técnico-operativa “[...] é demarcada pela instrumentalidade [...]”, a qual consiste na “[...] capacidade que o Serviço Social tem adquirido na sua trajetória histórica de responder às demandas da sociedade, às requisições sócio-institucionais e às finalidades da profissão [...].”

Ainda, no que se refere à construção de estratégias técnico-operativas para o exercício profissional, Iamamoto (2015a, p. 53) afirma que é necessário “[...] preencher o campo de mediações entre as bases teóricas já acumuladas e a operatividade do trabalho profissional [...]”, considerando que “[...] o aperfeiçoamento técnico-operativo se mostra como uma exigência para uma inserção qualificada do assistente social no mercado de trabalho [...]”.

Tais exigências mostram-se pertinentes, visto que:

[...] as condições nas quais a intervenção profissional se processa são mais adversas possíveis: falta de recursos de toda ordem para atendimento das demandas; exigências pelo desempenho de funções que muito se afastam do que o assistente social, ou qualquer outro profissional, se propõe a realizar; baixos salários; alto nível de burocratização das organizações; fluidez e descontinuidade da política econômica; e ainda que o tratamento atribuído à questão social é fragmentada, casuístico, paliativo. Deste modo, as condições objetivas colocadas à intervenção profissional não dependem apenas da postura teleológica individual dos seus agentes e de seus instrumentos de intervenção. (GUERRA, 2011, p. 28).

Sob tais condições, é necessária a análise crítica do trabalho do assistente social na sociedade brasileira, pois considera-se que as particularidades da formação sócio-histórica



do Brasil incidem diretamente nas relações sociais e determinam as condições objetivas do trabalho profissional. Portanto, torna-se indispensável a apreensão e a clareza dos limites e possibilidades do trabalho profissional no espaço sócio-institucional, visto que não é possível planejar ou desenvolver ações sem conhecer a realidade que circunscreve o âmbito institucional.

Para Guerra (2011, p. 34):

[...] a complexidade e diversidade alcançada pela intervenção profissional no sentido de atender às demandas e requisições originadas das classes sociais, colocam a dimensão instrumental como dimensão mais desenvolvida da profissão e, portanto, capaz de indicar as condições e possibilidades da mesma. Tais demandas e requisições exigem do profissional a criação e recriação, tanto de categorias intelectivas que possam tornar compreensíveis as problemáticas que lhe são postas como de intervenção nos sistemas de mediação que lhe possibilitem a passagem das teorias às práticas”.

O atual contexto histórico demanda um profissional versado no instrumental técnico-operativo e que seja capaz de desenvolver suas competências e atribuições nos níveis de assessoria, planejamento, negociação, pesquisa e ações diretas junto aos usuários do Serviço Social. Desse modo, são necessárias a identificação e a compreensão das manifestações do objeto de intervenção e dos sujeitos envolvidos na realização do trabalho do assistente social, já que a dimensão técnico-operativa exige um conjunto de instrumentos, técnicas e estratégias de intervenção orientados por pressupostos teóricos direcionados para a construção de instrumentais operativos embasados na compreensão da realidade social, na qual o profissional irá intervir.

Dados o significado histórico e a importância da dimensão técnico-operativa para a realização do trabalho do assistente social, a dimensão técnico-instrumental, obrigatoriamente, deve fundamentar seu desenvolvimento nos pressupostos teórico-metodológicos e éticos políticos da profissão para afastar-se da percepção tecnicista e superficial do saber fazer no Serviço Social. As competências e habilidades técnico-operativas articuladas aos referenciais teórico-metodológico e ético-político possibilitam a construção de respostas profissionais que superem a imediatividade das requisições apresentadas ao assistente social nos diversos campos sócio-ocupacionais. Dessa forma, o desenvolvimento do trabalho profissional realiza-se para além da função instrumental e funcional no âmbito institucional.

A dimensão técnico-operativa do trabalho do assistente social incide sobre as competências e habilidades profissionais realizadas diretamente no campo da intervenção profissional. Resumidamente, refere-se ao domínio dos instrumentais operativos projetados para viabilizar a mediação dos objetivos e das finalidades do Serviço Social para a prática profissional.



Sob essa perspectiva, entende-se que a compreensão sobre as dimensões fundamentais do trabalho do assistente social possibilita a construção de mediações teórico-metodológicas e ético-políticas para a dimensão técnico-operativa do trabalho profissional para imprimir na gestão uma perspectiva democrática e emancipadora. Entretanto, é preciso que o profissional fique atento ao distanciamento entre teoria e prática, pois, no cotidiano de trabalho tende a tratá-las como se fossem duas dimensões distintas e realizadas de forma desvinculada uma da outra. E se no âmbito do trabalho, o profissional estabelece um processo de desvinculação entre as dimensões teóricas e práticas, conseqüentemente a apropriação da gestão será comprometida, podendo essa ser enviesada para um entendimento romantizado ou equivocado sobre a gestão e, ainda, caminhar para a negação da gestão no Serviço Social.

Compreende-se, que tanto a visão romantizada, equivocada e a negação da gestão emergem do distanciamento entre teoria e prática, distanciamento esse que pode ter sua causa raiz na formação profissional, já que no processo de formação ocorre a fundamentação teórica e prática das dimensões do trabalho profissional, e se essa fundamentação caracterizar-se pela fragilidade teórico-prática, a compreensão sobre a gestão tenderá a ser distorcida, de forma a afastar-se da finalidade da gestão no Serviço Social.

3. CONCLUSÕES

O Serviço Social é uma profissão cuja natureza é iminente interventiva, os profissionais inserem-se diretamente no processo de produção e de reprodução das relações sociais, ou seja, atuam na realidade concreta, no cotidiano das relações sociais que estruturam o modo de produção e de organização capitalista. E partir da institucionalização da profissão, o Estado atribui legalidade ao exercício profissional e reconhece suas atribuições e competências no conjunto do trabalho coletivo. O reconhecimento das atribuições e competências profissionais tem sua primeira formulação em 1957, sendo reconhecidas e regulamentadas desde 1962. E, atualmente, tais requisições são reconhecidas e regulamentadas na Lei de Regulamentação da Profissão, a Lei N. 8662/1993 que dispõe sobre a regulamentação do Serviço Social no Brasil. A qual estabelece a base para a normatização legal e ética do trabalho profissional no contexto das relações sociais e no conjunto das profissões.

Nessa direção, Iamamoto (2012, p. 37), no documento “Projeto Profissional, espaços ocupacionais e trabalho do(a) Assistente Social na atualidade”, parte da obra “Atribuições privativas do/a assistente social em questão” publicado pelo CFESS, esclarece que



Londrina PR, de 02 a 05 de Julho de 2019.

As atribuições são referentes às funções privativas do assistente social, isto é, suas prerrogativas exclusivas, enquanto as competências expressam capacidade para apreciar ou dar resolutividade a determinado assunto, não sendo exclusivas de uma única especialidade profissional, mas a ela em função dos sujeitos profissionais.

As competências profissionais dizem respeito à capacidade de apreciar, decidir ou fazer alguma coisa, enquanto a atribuição é uma prerrogativa, isto é, se constitui como um privilégio, sinteticamente, relaciona-se ao direito de poder realizar algo com clareza e domínio específico. As atribuições privativas exigem formação profissional em Serviço Social, ou seja, implicam em fundamentação teórico-metodológico, ético-política e técnico-operativa específica da profissão.

E quando se remete à importância da gestão no trabalho profissional, se parte do seu reconhecimento como competência e atribuições privativas do assistente social expressa nos documentos ético-políticos e normativos do Serviço Social. A gestão apresenta-se como competência e atribuição profissional reconhecida na Lei de Regulamentação da Profissão de 1993, no Código de Ética Profissional de 1993 e nas Diretrizes Curriculares da ABEPSS de 1996.

Sob essa perspectiva, a gestão é reconhecida pela categoria, pois, consolida-se como atividade exclusivamente humana e o assistente social é eminentemente um gestor, já que, historicamente, sempre atuou nas esferas do planejamento, direção e/ou controle das políticas sociais, trabalhando na organização e operacionalização dos direitos conquistados pela classe trabalhadora. Independentemente da área de atuação, o profissional de Serviço Social consolida-se como um gestor, muito embora não o realize conscientemente, pois não o reconhece no trabalho profissional.

A gestão no trabalho profissional apresenta-se como um processo inerente ao trabalho do assistente social, competência profissional, atribuição e instrumento propositivo na organização e coordenação do trabalho, independente, do espaço de atuação profissional e da natureza da intervenção profissional.

Considera-se que o exercício profissional perpassa pela elaboração, planejamento, análise, investigação, direção, implementação, acompanhamento, monitoramento e avaliação de serviços, ações, programas, projetos, políticas e do trabalho profissional nos espaços de intervenção, assim, pois, a gestão apresenta-se como atividade propositiva para o trabalho profissional. Entretanto, é preciso compreensão da dimensão ético-política que o assistente social imprime no processo de gestão no trabalho, pois contribui positivamente ao alcance dos propósitos do projeto da classe trabalhadora, mas, também, pode constituir-se como arma poderosíssima a serviço do capital.

Desse modo, torna-se necessária clareza sobre a finalidade ético-política que o profissional irá imprimir no processo de gestão, o que pode ser uma finalidade democrática



e emancipadora ou uma finalidade comprometida com as relações de dominação da sociedade capitalista.

É preciso conhecimento sobre as dimensões da atividade administrativa, bem como sobre as determinações da gestão no trabalho do assistente social, pois compreender o trabalho do assistente social, na perspectiva crítico-dialética, permite analisar no bojo das relações sociais capitalistas, possibilitando, assim, estabelecer uma análise das mediações construídas entre as relações sociais vigentes e a profissão. Nessa direção, é imprescindível que o profissional construa mediações teórico-metodológica e ético-política capazes de fundamentarem a gestão no trabalho, a partir da competência crítico-reflexiva, que viabilize a realização de processos de gestão comprometidos com a perspectiva democrática e emancipadora, conforme expresso no projeto ético-político.

No referente à gestão como instrumento de trabalho do assistente social, Souza Filho e Gurgel (2016, p. 72) salientam que:

A finalidade da gestão democrática deve transformar as condições de vida das classes subalternas, aprofundando e universalizando dos direitos civis, políticos e sociais, visando contribuir com a separação da ordem do capital. Uma finalidade que aponte para intervenção imediata visando à expansão da emancipação política, na perspectiva de contribuir com a luta pela construção da emancipação humana.

O desenvolvimento das funções gerenciais: planejamento, direção, controle e avaliação são elementos básicos do processo de gestão e devem ter uma finalidade comprometida com a ampliação e a universalização de direitos, portanto não podem ter uma finalidade meramente instrumental vinculada às rotinas de burocratizadas estruturadas no espaço de trabalho. Isto é, não pode ter uma finalidade fundada na perspectiva funcional utilizada para o cumprimento adequado de tarefas atribuídas ao profissional. Torna-se relevante e necessário compreender e atribuir ao processo de gestão uma finalidade ética e comprometida com a realização de atividades, de forma eficiente e eficaz, que possibilite a ampliação e a universalização de direitos e interesses coletivos da classe trabalhadora. Na medida em que o profissional consegue realizar as atividades profissionais de forma eficiente e eficaz, porém fundada na finalidade ético-política, comprometida com a gestão democrática e emancipadora, os resultados do trabalho profissional possibilitarão o acesso aos direitos e serviços garantidos, contribuindo para a ampliação e a universalização de direitos.

Portanto, entende-se que para reconhecer e desenvolver processos de gestão direcionados pela finalidade democrática e emancipadora, é preciso construir mediações teórico-metodológicas e ético-políticas para a dimensão técnico-operativa do trabalho profissional, com a finalidade de imprimir na gestão uma dimensão ético-finalística de ampliação e universalização de direitos e serviços sociais.



É imprescindível o compromisso com o exercício profissional propositivo e comprometido com os princípios e valores expressos no projeto profissional. Para tanto, é necessário estar atento ao distanciamento entre teoria e prática no Serviço Social, pois a desvinculação da teoria da prática pode conduzir o profissional para o teorismo e para a prática esvaziada de fundamentação teórica e que conduz o assistente social ao praticismo, ao trefismo rotineiro e alienante.

REFERÊNCIAS

ABESS; CEDEPSS. Diretrizes Gerais para o Curso de Serviço Social (Com base no currículo mínimo aprovado em Assembleia Extraordinária de 8 de novembro de 1996). **Cadernos ABESS**, Brasília, DF, n. 7, p. 58-76, 1997.

BARROCO, M. L. S.; TERRA, S. H. **Código de Ética do/a assistente social comentado**. São Paulo: Cortez, 2012.

BRASIL. **Lei 8.662/93 de regulamentação da profissão**. Dispõe sobre a profissão de Assistente Social e dá outras providências. 10. ed. rev. e atual. Brasília, DF: CFESS, 2012.

CFESS. **Código de Ética profissional dos(as) assistentes sociais**. Brasília, DF, 1993.

GUERRA, Y. A dimensão investigativa no exercício profissional. In: CFESS; ABEPSS (Org.). **Serviço Social: direitos e competências profissionais**. Brasília, DF, 2009.

_____. A formação profissional frente aos desafios da intervenção e das atuais configurações do ensino público, privado e a distância. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, v. 104, p. 715-736, out./ dez. 2010.

IAMAMOTO, M. V. Projeto profissional, espaços ocupacionais e trabalho do assistente social na atualidade. In: CFESS. **Atribuições privativas do/a assistente social em questão**. ampl. Brasília, DF: CFESS, 2012.

_____. **O Serviço Social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional**. 26. ed. São Paulo: Cortez, 2015a.

_____. **Serviço Social em tempo de capital fetiche: capital financeiro, trabalho e questão social**. 9. ed. São Paulo: Cortez, 2015b.

LEWGOY, A. M. B. **Supervisão de estágio em Serviço Social: desafios para a formação e o exercício profissional**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2010.

PARO, V. H. **Administração escolar: introdução crítica**. 17. ed. rev. e atual. São Paulo: Cortez, 2012.

SIMIONATO, I. Fundamentos históricos e teórico-metodológicos do serviço social. **Temporalis**, Brasília, DF, v. 1, n.1, p. 33-45, 2004.

SOUZA FILHO, R.; GURGEL, C. **Gestão democrática e Serviço Social: princípios e propostas para a intervenção crítica**. São Paulo: Cortez, 2016.